

ONU conclui: Brasil vive em “total impunidade”

Relatório sobre direitos humanos da organização sugere “observador internacional”

HUGO MARQUES

BRASÍLIA – A relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias, Asma Jahangir, está convencida de que há no Brasil “total impunidade” diante dos graves abusos contra os direitos humanos. Esta é uma das conclusões formalizadas em relatório concluído após 23 dias de investigação no país, em outubro de 2003.

Cópia do documento foi entregue ao Ministério das Relações Exteriores e mobiliza o governo brasileiro, que tenta mudar sua versão final. O Planalto discorda das conclusões de Jahangir e trabalha para atenuar parte do documento.

Em seu relatório, a representante da ONU relata as informações que recebeu sobre violações contra os direitos humanos no Brasil, causadas por forças de segurança, “em particular” por policiais militares. Muitos dos relatos, diz o documento, são sustentados por evidências que indicam “fortemente” que os abusos contra os direitos humanos ocorrem com total impunidade. Ao mesmo

tempo, Asma diz estar ciente de que o governo federal e alguns governos estaduais trabalham para estabelecer novas políticas e estruturas, a fim de prevenir execuções sumárias.

O relatório sugere “reformas drásticas” no Poder Judiciário e aponta os atrasos nos julgamentos e o acúmulo de processos como os maiores problemas a serem combatidos. Para a relatora, há muitas dúvidas sobre a independência do Judiciário brasileiro. As pessoas que movem ações na Justiça, diz o relatório, não demonstram confiança no sistema, enquanto as testemunhas se mostram apreensivas em apresentar provas em tribunais que não lhes inspiram confiança.

Além de um diagnóstico, a representante da ONU sugere a vinda ao Brasil do relator especial da ONU sobre Independência dos Juízes e Advogados. Quando aqui esteve em setembro, Asma provocou uma crise ao pregar investigação no Judiciário. Na ocasião, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Maurício Corrêa, afir-

mou que não receberia nenhum relator para inspecionar o poder.

Asma sugere, ainda, a revisão de procedimentos para admissão de policiais, com a suspensão dos profissionais acusados de envolvimento em execuções sumárias, até a apuração dos fatos. Para ela, as ouvidorias de polícia devem ser fortalecidas. A relatora prega autonomia para os institutos de medicina legal (IMLs), hoje atrelados à Polícia Civil. Asma indica co-

mo modelo o IML do Pará, que já desfruta de autonomia.

A relatora prega mais recursos para o Programa Provita, que financia a proteção de testemunhas. Durante a visita de Asma ao Brasil, duas

testemunhas foram assassinadas depois de falarem com ela. A relatora da ONU também afirmou ser favorável à federalização dos crimes contra os direitos humanos, tema que será apreciado pelo Congresso, durante a convocação extraordinária.

A comissão da ONU enviou seu relatório para que o governo brasileiro apresente comentários antes do texto fi-

nal, que será divulgado em Genebra, em março. Este procedimento é rotina na visita de todos os relatores. Para autoridades do governo federal, falar sobre “total impunidade” é cometer, no mínimo, uma generalização.

Para contestar a conclusão da relatora, o governo brasileiro escolheu três casos emblemáticos. Está enviando informações sobre a prisão do coronel da PM do Espírito Santo, Walter Pereira, por acusação de envolvimento no assassinato do juiz Alexandre Martins. Também será informado à comissão o andamento das investigações acerca da tortura e morte do chinês Chan Kim Chang, no Rio, e sobre o assassinato de quatro moradores no Morro do Borel.

Além da discordância de conteúdo, uma fonte do governo diz que o relato tem distorções técnicas. Uma delas é a afirmação de que a ditadura militar no Brasil teria durado 50 anos, numa referência ao golpe militar. Segundo esta fonte, o relatório tem imprecisão até sobre o número de ministros do Superior Tribunal Militar.